



**Processo nº** 13161.900485/2017-99

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** **3302-001.590 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**

**Sessão de** 23 de fevereiro de 2021

**Assunto** PER/DCOMP. DIREITO CREDITÓRIO. LIQUIDEZ E CERTEZA.

**Recorrente** DIMATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Gilson Macedo Rosenburg Filho - Presidente

(assinado digitalmente)

Jorge Lima Abud - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Vinicius Guimaraes, Walker Araújo, Jorge Lima Abud, Jose Renato Pereira de Deus, Carlos Alberto da Silva Esteves (suplente convocado), Raphael Madeira Abad, Denise Madalena Green, Gilson Macedo Rosenburg Filho (Presidente).

## Relatório

Data do Evento:	Percentual:
Modelo Documento de Arrecadação: Darf Comum	
Data de Arrecadação: 29/08/2016	
Código da Receita: 6912	
Grupo de Tributo: PIS/PASEP	
Valor Original do Crédito Inicial	84.204,48
Crédito Original na Data da Transmissão	84.204,48
Valor do Pedido de Restituição	84.204,48

Aproveita-se o Relatório do Acórdão de Manifestação de Inconformidade.

Trata o presente processo de Manifestação de Inconformidade contra Despacho Decisório relativo à PER/DCOMP nº 16237.74599.160916.1.2.04-1137, transmitida

para restituir R\$ 126.306,71, em função de alegado pagamento a maior no valor de R\$ 84.204,48, código de receita 6912, referente ao PA 31/07/2016, recolhido em 29/08/2016.

Em 07/06/2017, por meio do Despacho Decisório, a autoridade tributária homologa parcialmente a compensação declarada na DCOMP 31134.59009.290916.1.3.043963. Reconhece crédito de 42.102,24. Indefere PER 16237.74599.160916.1.2.04-1137 a supracitada declaração sob a fundamentação de o pagamento encontrado estar parcialmente utilizado não restando crédito disponível para a restituição pleiteada.

Em 21/06/2017, a contribuinte toma ciência do referido despacho decisório e, em 21/07/2017, protocola manifestação de inconformidade para pleitear a revisão do despacho decisório por alegar a existência de fato de crédito pleiteado.

Em síntese, a interessa da alega pagamento maior que o devido.

A manifestante solicita o provimento da inconformidade e a homologação total da compensação por ela apresentada.

Em 18 de janeiro de 2018, através do **Acórdão n.º 09-65.469**, a 1<sup>a</sup> Turma da Delegacia Regional de Julgamento em Juiz de Fora/MG, por unanimidade de votos, julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade.

O contribuinte foi intimado do Acórdão, por via eletrônica, em 07 de fevereiro de 2018, às e-folhas 116.

O contribuinte ingressou com Recurso Voluntário, em 07 de março de 2018, e-folhas 119, de e-folhas 127 à 142.

Foi alegado:

- Dos fundamentos para a reforma integral do r. acórdão recorrido - do direito creditório da recorrente e consequente necessidade de homologação integral da compensação declarada na DCOMP 31134.59009.290916.1.3.043963;
- Da inequívoca existência do direito creditório à época da declaração de compensação;
- Da suficiência das provas apresentadas pela recorrente em sede de manifestação de inconformidade;
- Da transmissão da DCTF retificadora antes da ciência do despacho decisório;
- Da extinção do crédito tributário exigido por meio do processo de cobrança n.º 13161.900532/2017-02 - previsão legal do art. 156, inciso II, do CTN.

## DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer se dignem Vossas Senhorias em RECEBER e CONHECER o presente Recurso Voluntário, dando-lhe TOTAL PROVIMENTO, para o fim de

reformar integralmente acórdão n.º 09-65.469, proferido pela 1a Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Juiz de Fora na data de 18 de janeiro de 2018 e, por conseguinte:

1. RECONHECER integralmente o direito creditório pleiteado por meio do PER 16237.74599.160916.1.2.04-1137 como decorrência do pagamento indevido ou a maior ocorrido na data de 29.08.2016 e no valor total de R\$ 84.204,48;
2. HOMOLOGAR a compensação declarada na DCOMP 31134.59009.290916.1.3.043963, objetivando que seja determinada a extinção do crédito tributário da COFINS e IRPJ, em obediência ao disposto no art. 156, inciso II, do CTN;
3. CANCELAR os débitos exigidos no Processo de Cobrança n.º 13161.900532/2017-02, cujo montante total, para a data de 30.06.2017, atingia o valor total de R\$ 54.115,17.

É o relatório.

## **VOTO**

Conselheiro Jorge Lima Abud

### **Da admissibilidade.**

Por conter matéria desta E. Turma da 3<sup>a</sup> Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte.

O contribuinte foi intimado do Acórdão, por via eletrônica, em 07 de fevereiro de 2018, às e-folhas 116.

O contribuinte ingressou com Recurso Voluntário, em 07 de março de 2018, e-folhas 119.

O Recurso Voluntário é tempestivo.

### **Da Controvérsia.**

- Dos fundamentos para a reforma integral do r. acórdão recorrido - do direito creditório da recorrente e consequente necessidade de homologação integral da compensação declarada na DCOMP 31134.59009.290916.1.3.043963;
- Da inequívoca existência do direito creditório à época da declaração de compensação;

- Da suficiência das provas apresentadas pela recorrente em sede de manifestação de inconformidade;
- Da transmissão da DCTF retificadora antes da ciência do despacho decisório;
- Da extinção do crédito tributário exigido por meio do processo de cobrança n.º 13161.900532/2017-02 - previsão legal do art. 156, inciso II, do CTN.

Passa-se à análise.

Sob a alegação de pagamento indevido ou a maior, ocorrido na data de 29.08.2016, no valor total de **R\$ 84.204,48**, a Recorrente transmitiu o Pedido Eletrônico de Restituição (PER) n.º 16237.74599.160916.1.2.04-1137 para compensar débitos da COFINS.

Para tanto, transmitiu a Declaração de Compensação (DCOMPs) n.º 31134.59009.290916.1.3.04-3963:

DCOMP	DATA	TRIBUTO	CÓD.	PA	CRÉDITO UTILIZADO	DÉBITO COMPENSADO
31134.59009.290916.1.3.04-3963	29/09/2016	COFINS	5856	ago/16	84.204,48	85.046,52

O Despacho Decisório da DRF Dourados/MS assim decidiu (e-folhas 25):

O crédito reconhecido foi insuficiente para compensar integralmente os débitos informados pelo sujeito passivo, razão pela qual: HOMOLOGO PARCIALMENTE a compensação declarada no PER/DCOMP 31134.59009.290916.1.3.04-3963

Não há valor a ser restituído/ressarcido para o(s) pedido(s) de restituição/ressarcimento apresentado(s) no(s) PER/DCOMP: 16237.74599.160916.1.2.04-1137

Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 30/06/2017.

Sendo assim, concluiu pela homologação parcial da Declaração de Compensação (DCOMP) 31134.59009.290916.1.3.04-3963, passando a exigir um crédito tributário no valor total de **R\$ 54.115,17**.

O interessado ingressou com Manifestação de Inconformidade alegando que efetuou o pagamento, em espécie, no valor de R\$ 42.102,24 e na data de 29.08.2016, da contribuição ao PIS/Pasep referente ao período de apuração de 31.07/2016.

Para tanto, anexou os seguintes documentos, a partir de e-folhas 40:

- Cópia da 14a e 15a alteração do contrato social da Manifestante;
- Comprovante de inscrição e de situação cadastral da Manifestante;
- Cópia de um documento pessoal do Sr. Odenir João Marion, sócio administrador;

- d) Comprovante do pagamento indevido ou a maior ocorrido na data de 29/08/2016 e no valor total de R\$ 84.204,48 (pagamento n.º 5781500313-0), bem como o comprovante de pagamento realizado na data de 29/08/2016 e no valor de R\$ 42.102,24 (pagamento n.º 5781500303-3);
- e) Pedido Eletrônico de Restituição (PER) n.º 16237.74599.160916.1.2.04-1137;
- f) DCOMP 31134.59009.290916.1.3.04-3963;
- g) DCTF n.º 100.2016.2017.1841302873 (recibo n.º 18.32.79.23.84-19), transmitida na data de 31/01/2017 e referente ao período de apuração de 01.07.2016 a 31.07.2016;
- h) DCTF n.º 100.2016.2019.1860932225 (recibo n.º 06.70.04.62.74-08) referente ao período de apuração de 01.08.2016 a 31.08.2016 e transmitida na data de 21.10.2016.

O Acórdão de Manifestação de Inconformidade assim se manifestou, às folhas 03 daquele documento:

Observa-se que por entender suficiente à comprovação de seu direito, **a contribuinte acostou aos autos apenas, cópias de DARF e de DCTF. Tais documentos, todavia, não evidenciam, de forma inequívoca, o direito ao pretendido indébito. Inexistindo provas técnicas, contábeis e jurídicas** de que as operações não se realizaram ao arreio da lei, há que ser acatado o ato administrativo realizado.

Por fim, cumpre-nos observar que o direito creditório reconhecido condiz com os valores declarados em DCTFs original e retificadora, uma vez considerado o montante recolhido no DARF objeto do crédito.

Ademais, não há nada mais a reconhecer, pois conforme já explanado, a DCTF retificadora, transmitida após a ciência do despacho decisório, não é suficiente para comprovação do direito creditório pleiteado.

(Grifo e negrito nossos)

O Recurso Voluntário traz os seguintes documentos (informações na e-folhas 143):

1. Recibo de entrega, na data de 29.08.2016, da Escrituração Fiscal Digital (EFD) - Contribuições;
2. Relação dos pagamentos realizados nas datas de 29.08.2016, 23.09.2016 e 29.09.2016 nos códigos de recolhimento 6912 e 5856;
3. Dados do processamento referente à DCTF do período de apuração julho/2016, que demonstra a data de recepção da declaração em 31.01.2017.

O contribuinte trouxe elementos probatórios capazes de suscitar a dúvida.

Há de se esclarecer que desde a Manifestação de Inconformidade, juntou cópias – comprovantes – dos DARFs para evidenciar o pagamento a maior.

Ao contrário dos reiterados casos envolvendo PER/DCOMP o presente caso não envolve a reconstituição da escrita fiscal por parte do contribuinte, mas a apuração de fato da base de cálculo e do valor do tributo devido.

Convém lembrar que o processo administrativo é regido pelo princípio inquisitivo. O princípio inquisitivo caracteriza-se pela liberdade da iniciativa conferida ao julgador, tanto na instauração da relação processual como no seu desenvolvimento, para que possa assim descobrir a verdade real dos fatos independente da partes e suas vontades.

**Humberto Theodoro Júnior enfatiza** – Caracteriza-se o princípio inquisitivo pela liberdade da iniciativa conferida ao juiz, tanto na instauração da relação processual como no seu desenvolvimento. Por todos os meios a seu alcance, o julgador procura descobrir a verdade real, independentemente de iniciativa ou a colaboração das partes. (in **THEODORO JÚNIOR**, Humberto, Curso de Direito Processual Civil, volume I, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2001).

Há dois DARFs a serem considerados:

No valor de **R\$ 84.204,48**, na data de 29.08.2016;

No valor de **R\$ 42.102,24**, na data de 29.08.2016.

A questão em voga é saber se o DARF no valor de **R\$ 42.102,24**, na data de 29.08.2016, referente à contribuição ao PIS/Pasep - Período de Apuração de 31.07/2016 – extingue de fato o crédito tributário do Período.

Por isso, resolve-se converter o processo em diligência, para que a autoridade preparadora esclareça os seguintes pontos:

1. Que se apure a base de cálculo do PIS/Pasep - Período de Apuração de 31.07/2016;
2. Se um dos DARFs apresentados extingue o crédito tributário do Período;
3. Se o DARF apresentado não foi imputado a outro pagamento.

Após realizados esses procedimentos, que seja elaborado relatório fiscal, facultando à recorrente o prazo de trinta dias para se pronunciar sobre os resultados obtidos, nos termos do parágrafo único do artigo 35 do Decreto nº 7.574/2011.

Posteriormente, os autos devem ser devolvidos ao CARF para prosseguimento do rito processual.

É como voto.

Jorge Lima Abud - Relator.

Fl. 7 da Resolução n.º 3302-001.590 - 3<sup>a</sup> Sejul/3<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo n.º 13161.900485/2017-99